

OS JOVENS E A ESCOLA: PODERIA A SEGMENTAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO AFETAR AS CHANCES DE OS JOVENS INVESTIREM SEU TEMPO EXCLUSIVAMENTE NOS ESTUDOS?

André Ricardo SALATA¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo verificar se características do território poderiam influenciar as chances dos jovens se dedicarem exclusivamente aos estudos. Partimos da idéia de que no Brasil, devido às características dos nexos institucionais que ligam a escola ao mercado de trabalho - mais voltados para uma formação acadêmica e geral do que vocacional -, os indivíduos devem procurar acumular o maior número de anos de estudo possível antes de entrar no mercado de trabalho. No entanto, a Sociologia já vem mostrando há décadas que a propensão a fazê-lo depende, entre outras coisas, da origem social familiar. Nossos objetivos caminharíamos no sentido de ampliar essa discussão ao inserirmos também variáveis relativas ao território em nossas análises. No que diz respeito aos dados empíricos, trabalhamos com os microdados amostrais do censo 2000 (IBGE), que serão analisados através de modelos logit multi-níveis.

PALAVRAS-CHAVE: Formação vocacional. Acesso e permanência na escola. Territorialidade.

ABSTRACT: *The present article aims to verify if territorial characteristics can influence in the possibilities of young people to dedicate exclusively to the studies. In Brazil, due to the institutional characteristics that connects the school to the market business, the individuals try to accumulate many years of studying as possible before entering in the business market. Sociology has been showing that it also depends on the familiar social origin. Our objective is to extend this quarrel inserting variables relative to the territory in our analyses. The empirical data are worked together with the microdata from the 2000 census (IBGE), which will be analyzed through multi-levels logit models*

KEYWORDS: *Vocational formation. Access and permanence in the school. Territoriality.*

¹ Mestrando em Sociologia. UFRJ - Universidade do Federal do Rio de Janeiro. Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - Assistente de pesquisa do Observatório Educação e Cidade (IPPUR/UFRJ). Rio de Janeiro - RJ - Brasil. 22.290-240 - andre_salata@yahoo.com.br

Introdução

Em nossa sociedade, uma das principais características da juventude - etapa do ciclo de vida construída historicamente² -, é que nela se desenvolve importante parte do processo de autonomização individual, que leva desde a dependência completa dos pais na primeira infância até a vida adulta, passando pela saída da escola e a entrada no mercado de trabalho - assim como a constituição de uma nova família, com um cônjuge e filhos. O momento e a maneira como esta transição é feita são fundamentais para o futuro dos indivíduos, e por isso torna-se relevante analisarmos quais fatores poderiam influenciar suas decisões a respeito desta transição. No presente trabalho estaremos preocupados justamente com aspectos ligados à transição entre escola e mercado de trabalho por parte dos jovens. Mais particularmente buscaremos analisar se fatores ligados ao local de moradia dos indivíduos poderiam ajudar a explicar os motivos pelos quais alguns jovens "escolhem"³ se dedicar exclusivamente à sua formação de forma prolongada, enquanto outros acabam dividindo-se entre a escola e trabalho, em alguns casos abandonando a primeira, ou até mesmo ficando sem estudar nem trabalhar.

Alguns aspectos referentes às características dos nexos institucionais entre a escola e o mercado de trabalho no Brasil devem ser destacados. Em certos países, como na Alemanha, o aspecto vocacional da educação é elevado, e o sistema de aprendizado destina-se ao ensino de habilidades específicas a determinadas ocupações, sendo utilizado pelas empresas para organizar postos de trabalho e alocar pessoas. Como mostram Shavit e Müller (1998), nestes países há uma alta proporção, entre os ingressantes no mercado de trabalho, daqueles que passaram pelo circuito vocacional e se dirigem a empregos manuais qualificados; porém, os alunos com melhor desempenho geralmente fazem o circuito acadêmico, de conhecimentos mais gerais, que os leva às universidades.

Esse último circuito, mais geral, é o predominante em grande parte dos países, como nos Estados Unidos, onde há um volume bem maior da educação acadêmica nos níveis de ensino que precedem a universidade, e onde os vínculos institucionais entre escola e o mercado de trabalho tendem a ser mais fracos. Neste caso as habilidades requeridas pelos empregadores são desenvolvidas pelo treinamento no próprio trabalho, e o mercado assume o modelo das filas de trabalho (*Labor Queue*), onde as credenciais educacionais ditam a ordem dos postulantes às vagas de emprego nestas filas, e servem aos empregadores como indicadores dos custos de treinamento, hábitos de trabalho e disciplina dos candidatos. Tal modelo tem como possíveis conseqüências a

² Sobre a discussão em torno da criação e do conceito de juventude, ver Abramo (2008) e Dubet (1996).

³ Utilizo este termo, "escolha", não em seu sentido neutro e racional da adequação de meios a fins, mas sim como uma decisão influenciada por diversos fatores, objetivos e subjetivos.

desvalorização das credenciais educacionais e a elevação dos requisitos necessários para a obtenção de empregos, assim como a deterioração das oportunidades (desemprego) e da qualidade dos empregos dos menos educados.

Podemos dizer que o Brasil se aproxima mais deste segundo modelo⁴, principalmente nos níveis que antecedem a universidade. Se antes da reforma do ensino de 1º e 2º graus, em 1971, o ensino técnico tinha um peso razoável, após essa reforma podemos verificar o predomínio do ensino acadêmico geral e do modelo das “filas de trabalho”, assim como o desenvolvimento das conseqüências apontadas acima. Quanto mais anos de estudo acumulados pelo jovem antes de entrar no mercado de trabalho, melhor tende a ser o *status* de sua ocupação⁵. Trata-se, portanto, de um sistema aonde os indivíduos, a fim de obterem os melhores empregos, devem buscar acumular o maior número de anos de estudo possível.

Uma importante característica do caso brasileiro é que há por aqui um percentual elevado de ingressantes precoces no mercado, com crianças e jovens começando a trabalhar muito novos; vemos também a conciliação de estudo e trabalho, com grande parcela das crianças e jovens trabalhando e estudando ao mesmo tempo; há ainda um percentual considerável de jovens que não estão na escola nem no mercado do trabalho. Ou seja, o trajeto socialmente construído como sendo o ideal⁶ onde o jovem, tendo completado seus estudos, entra no mercado de trabalho, não é uma realidade para grande parcela da população brasileira, como podem demonstrar alguns dados.

No caso do município do Rio de Janeiro, com o qual trabalharemos no presente artigo, encontramos os jovens⁷ distribuídos da seguinte forma entre as quatro possíveis situações⁸:

⁴ Para uma análise do caso Brasileiro, ver Cardoso (2008).

⁵ Hasenbalg (2003) demonstra esse fato através de dados empíricos.

⁶ Como afirma Abramo (2008), apesar da pluralidade de experiências juvenis que podem ser encontradas no Brasil contemporâneo, a experiência dos jovens de classe média e alta continua servindo de parâmetro de comparação (padrão tido como ideal).

⁷ Tabulação realizada através dos microdados amostrais do Censo 2000 (IBGE, 2000), considerando-se apenas jovens que tivessem a relação de filhos com o chefe de família, moradores de domicílios particulares permanentes, em áreas urbanas normais e subnormais. Tal recorte será melhor detalhado e justificado em seções posteriores do trabalho.

⁸ Só estudando; estudando e trabalhando (ou procurando emprego); só trabalhando (ou procurando emprego); nem estudando nem trabalhando (nem procurando emprego)

Artigo - Os jovens e a escola: poderia a segmentação sócio-espaial da cidade do Rio de Janeiro afetar as chances de os jovens investirem seu tempo exclusivamente nos estudos?

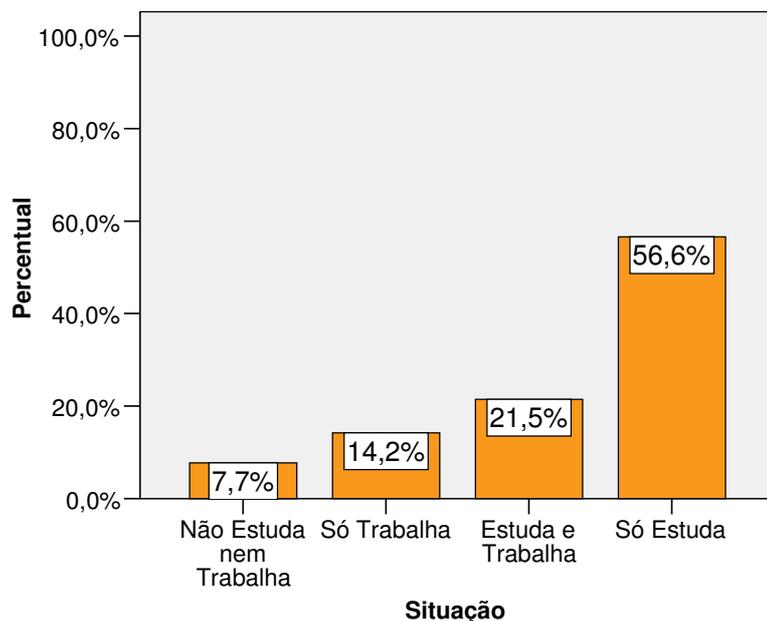


Gráfico 01 – Situação dos Jovens no Município do Rio de Janeiro.
Fonte: Censo 2000 (IBGE, 2000).

Poderíamos classificar estas quatro possíveis situações na seguinte ordem, da mais vantajosa a menos vantajosa (do ponto de vista das possibilidades sócio-econômicas futuras): só estudam; estudam e trabalham; só trabalham; não estudam nem trabalham.

Em primeiro lugar, podemos fazer uma separação clara entre os dois primeiros e os dois últimos grupos: nos primeiros os jovens continuam estudando, enquanto nos últimos interromperam seus estudos. Apesar de não se tratar de dados longitudinais, e por isso não podermos afirmar que os jovens que não estavam estudando no momento da pesquisa não iriam voltar à escola, temos boas razões para acreditar que esta interrupção levará a prejuízos de aprendizado e, em muitos casos, ao abandono definitivo, reduzindo os anos de estudo alcançados pelo indivíduo.

Em segundo lugar, também devem ser notadas diferenças entre a situação dos que só estudam e daqueles que dividem seu tempo entre estudo e trabalho. Segundo Hasenbalg (2003, p.154),

Em todas as idades consideradas, os que estudam e trabalham completam menos anos de estudo e apresentam maior atraso escolar que os que se dedicam exclusivamente a estudar. Ilustrando com o coorte de 14 anos de idade em 1999, os que só estudam tinham completado 5,38 anos de estudo e 45,6% tinham uma defasagem idade/série cursada de dois anos ou mais; as mesmas cifras para os que estudavam e trabalhavam eram de 4,37 anos e 59,7%, respectivamente.

Trata-se de um grupo que, por dividir seu tempo entre estudo e trabalho, acaba tendendo a apresentar piores resultados escolares em relação àqueles que só estudam.

Por fim, temos a diferença entre o grupo dos que não estudam mas trabalham, e dos que não trabalham nem estudam. A última situação, dos jovens que não estudam nem trabalham, pode ser vista como a menos vantajosa, tanto do ponto de vista dos processos de inclusão social – via educação e trabalho – e das trajetórias futuras de vida, principalmente para indivíduos do sexo masculino, na faixa entre 15 e 19 anos, moradores de uma grande metrópole como o Rio de Janeiro, quando ficam expostos aos “[...] riscos decorrentes da participação em atividades marginais, uso e tráfico de drogas, e comportamentos violentos.” (HASENBALG, 2003, p.155).

Neste trabalho tentaremos verificar se fatores ligados à divisão sócio-espacial da cidade do Rio de Janeiro poderiam estar influenciando na escolha dos jovens em continuar se dedicando exclusivamente a seus estudos ou não. Ou seja, poderia o território criar barreiras que dificultem que os jovens sigam a trajetória que provavelmente os levaria aos melhores empregos?

Desde aproximadamente a metade do século XX estudos dentro no campo da sociologia da educação vêm tentando analisar os diferentes fatores que podem explicar as variações de resultados escolares (BROOKE; SOARES, 2008) – dentre estes, a propensão dos jovens a se dedicar exclusivamente à escola. Em um primeiro momento, por volta das décadas de cinquenta e sessenta, alguns trabalhos empíricos realizados, o mais famoso deles sendo o de Coleman (1966), mostravam que fatores associados às características sócio-econômicas de origem dos alunos – entre elas a cor, renda familiar e, principalmente, escolaridade dos pais – seriam os grandes responsáveis pelas variações de resultados, consagrando o lema: “*schools make no difference*” (as escolas não fazem diferença). A escola, segundo parte dos autores da época, dentre estes Bourdieu (1973) na França, funcionaria como uma instituição reprodutora das desigualdades sociais. (KARABEL; HALSEY, 1977).

De uma forma bastante geral, a idéia subjacente a maior parte destes trabalhos era de que as características familiares seriam as grandes responsáveis pela propensão dos jovens a seguirem ou não seus estudos.

No entanto, a partir de meados dos anos setenta esse tipo de abordagem começou a ser questionado, e novos estudos que buscavam compreender os processos internos às escolas através de pesquisas de campo qualitativas passaram a dominar parte dos trabalhos voltados à sociologia da educação (BROOKE; SOARES, 2008). Ao analisar os fatores que se desenvolviam dentro das instituições de ensino – entre eles, a infra-estrutura, liderança dos diretores, formação dos professores, e etc -, e que podiam ajudar a explicar as variações de desempenho escolar, esta corrente buscava afirmar que “*schools can make difference*” (as escolas podem fazer diferença). (BROOKOVER, 1979).

Recentemente podemos constatar uma terceira onda de estudos (AINSWORTH, 2002; GARNER; RAUDENBUSH, 1991; TORRES; FERREIRA; GOMES, 2005; RIBEIRO; KAZTMAN, 2008) que vêm tentando inserir novas variáveis, referentes à localização sócio espacial das escolas e de moradia dos alunos, na tentativa de colaborar para a explicação dos resultados escolares. Os objetivos deste trabalho caminhariam, dessa maneira, no sentido de testar a contribuição de mais algumas variáveis do local de moradia dos jovens sobre as chances de eles darem prosseguimento à vida escolar da maneira mais eficaz.

Vejamos, portanto, qual o referencial teórico que se encontra por trás da idéia de que o território poderia influenciar estas escolhas individuais.

O debate acerca do “Efeito-Bairro”

A sociologia norte-americana possui longa tradição nos estudos sobre o mundo urbano e sua dinâmica. Desde o início do século XX, quando autores da chamada “Escola de Chicago” publicaram trabalhos pioneiros sobre diversos aspectos da cidade de Chicago na época, pesquisas sobre problemas urbanos se tornaram muito comuns por lá. Podemos destacar os ensaios de Thomas e Znaniecki (1927), Park (1967), Wirth (1967), e Foote Whyte (2005). Fortemente influenciados pelas idéias de Simmel, os sociólogos de Chicago buscavam compreender a dinâmica das interações sociais no meio urbano e seus efeitos sobre o modo de vida dos indivíduos.

Após longo período de aparente arrefecimento desta discussão - provocado em parte pelo destaque dado à sociologia de Talcott Parsons no âmbito norte-americano -, em meados da década de oitenta, no ano de 1987 mais precisamente, foi publicado *The Trully Disadvantaged*, do sociólogo William Julius Wilson, que pode ser considerado um dos estudos mais importante sobre o tema nas últimas décadas, influenciando muitos autores, e com o qual grande parte dos trabalhos publicados sobre o tema desde então tentam dialogar. Entender seus argumentos torna-se, portanto, fundamental para nos interarmos do debate⁹.

Em “The Trully Disadvantaged”, Wilson (1987) defende a crescente importância da classe em relação à raça para entender os problemas sociais e econômicos dos guetos norte-americanos. A persistência da pobreza urbana teria como principal causa as transformações econômicas ocorridas nas *inner-cities*, e os negros sofreriam mais porque, devido a seu passado, eram economicamente mais vulneráveis. Portanto, a importância de Wilson neste debate se deve a seu rompimento com propostas mais conservadoras, e ao destaque que fornece aos fatores estruturais que,

⁹ O intuito destes parágrafos não é de estabelecer qualquer comparação entre a realidade da pobreza urbana nos Estados Unidos e no Brasil, mas somente de expor o debate de idéias que deu origem à perspectiva teórica que nos servirá de base neste trabalho, mais próxima do pensamento de William Julius Wilson, a fim de possibilitar uma melhor compreensão da mesma.

como veremos em seguida, ao concentrarem pobreza acabariam gerando o *isolamento social* – conceito fundamental dentro de sua teoria.

Wilson (1987, 1996) constata que, de fato, houve nessas áreas um aumento dramático do crime, do uso de drogas, da concentração de pobreza, do desemprego, e da instabilidade familiar a partir da década de 1970. Ao tentar explicar tais números sem recorrer ao argumento da discriminação pura e simplesmente, mas também sem cair na interpretação mais rasa de “cultura da pobreza”, Wilson (1987, 1996) dá destaque às mudanças estruturais ocorridas nas últimas décadas.

Além das transformações econômicas estas localidades também sofreram com outro fenômeno: a saída dos negros de classe média e trabalhadores estáveis em direção aos bairros negros de classe média que estavam se formando nos subúrbios daquelas cidades. Se antes uma família pobre moradora do gueto poderia manter contatos freqüentes com vizinhos mais abastados, essa possibilidade diminuiu drasticamente nas décadas posteriores ao “Fair Housing Act”,¹⁰ resultando em um nível de concentração de pobreza muito superior ao de alguns anos atrás.

Chegamos assim à questão que nos interessa, de saber quais seriam os efeitos dessa maior concentração da pobreza urbana para as famílias e indivíduos moradores destas áreas. Por que famílias pobres moradoras dessas áreas teriam maiores dificuldades de quebrar o ciclo de reprodução social dessa pobreza do que famílias também pobres mas moradoras de áreas mais abastadas? Segundo Wilson (1987) os negros de classe média, se tivessem permanecido nos guetos, poderiam exercer um papel de “*amortecedores sociais*”; porém, em contrapartida, sua ausência potencializaria os efeitos estruturais vistos no parágrafo acima. Vejamos quais os motivos.

Primeiramente configura-se uma ausência de modelos de papéis sociais de acordo com os padrões dominantes, os quais mantinham vivas as percepções de que educação é importante, que emprego estável é uma alternativa aos programas sociais do Estado, e que há uma conexão entre escolaridade e qualidade do emprego. A falta de contatos e interações freqüentes com indivíduos e instituições que representem os padrões dominantes para o resto da sociedade poderia dar origem a padrões de comportamentos e expectativas diferentes daqueles. Se nossos valores são, em grande medida, moldados pelas pessoas com as quais estabelecemos contatos constantemente, o enfraquecimento destes contatos com pessoas de alta escolaridade, com empregos e famílias estáveis, poderia gerar um tipo não só de comportamento e expectativas, mas também de linguagem, conhecimento, escolaridade, e habilidades, que não fossem interessantes do ponto de vistas dos padrões dominantes.

Imaginemos um jovem com origem familiar pobre morador de um bairro heterogêneo, onde seria socializada entre vizinhos pobres e outros

¹⁰ Diante dos distúrbios sociais disseminados pela população negra dos guetos na década de 60, o governo americano decretou, em 1968, o “*Fair Housing Act*”, que protegia da discriminação aqueles que estavam procurando um local para morar, seja para comprar ou alugar, tornando ilegais práticas que discriminassem possíveis compradores ou locatários em virtude de sua raça.

mais abastados. Seu pai pode estar desempregado, sua mãe não ter completado o primeiro grau, e seu irmão mais velho ter abandonado a escola antes de completar o segundo grau; no entanto, olhando para algumas famílias mais abastadas ao seu redor, essa mesma criança poderia ver adultos com empregos estáveis, alguns bem escolarizados, com seus amigos levando a frente seus estudos. Justamente dessa maneira estes moradores de classe média poderiam funcionar como "*amortecedores sociais*", pois mesmo que a origem familiar daquela criança não seja privilegiada, o contato com vizinhos mais abastados, sobre diversos aspectos – emprego, estabilidade, renda, escolaridade, e etc. -, poderia amenizar os efeitos de sua realidade familiar, e ser responsável por estabelecer padrões de comportamento mais próximos dos dominantes.

Testemunharíamos, assim, aquilo que Jenks e Mayer (1990), em famosa resenha¹¹, denominaram de modelos de "socialização coletiva" e "epidêmicos". O primeiro trabalha com a idéia de que adultos que atingiram bons resultados em suas vidas profissionais serviriam de modelos para as crianças da vizinhança. Em compensação, bairros que não contam com um número considerável de modelos de êxito tornariam os jovens menos motivados. Já o "modelo epidêmico" parte da idéia de que quando grande parcela da população adota determinado tipo de comportamento este tende a se espalhar através de boa parte dos moradores locais. Esse mecanismo se faria presente, principalmente, entre os jovens; como nessa fase os indivíduos começam a passar muito mais tempo fora de casa, longe da guarda dos pais, seus "colegas de rua" se tornariam fundamentais em seu desenvolvimento, como atestam Massey e Denton (1993) quando comentam sobre a pressão dos amigos nos bairros pobres norte-americanos para que as crianças não ajam "como brancos". Essa pressão, exercida pelos pares, poderia ter forte impacto sobre as atitudes dos jovens.

Assim a homogeneização destes espaços contribuiria para o que Wilson (1987, 1996) denomina "*isolamento social*", que seria a falta de contato ou interações com indivíduos e instituições que representem a sociedade como um todo, o que resultaria em uma série de efeitos deletérios expostos anteriormente e assim reproduziria constantemente a pobreza local¹².

¹¹ Uma discussão adjacente a esta, e que acompanha os argumentos acima, é sobre quais mecanismos explicariam a influência das características do local sobre as trajetórias dos indivíduos. Ou seja, dado que o "*isolamento social*" influencia os comportamentos individuais, através de quais mecanismos esta influência se faria presente? Uma série de resenhas (JENKS; MAYER, 1990; ELLEN; TURNER, 1997; BROOKS-GUN et al, 1993; SMALL; NEWMAN, 2001) já foi publicadas no âmbito desta discussão.

¹² A teoria do "isolamento social", apesar da importância do trabalho de Wilson neste debate, não é a única a dar conta do fenômeno do "efeito-bairro". Podemos destacar, ainda, a corrente da "Geografia de Oportunidades" (GALSTER; KILLEN, 1995) e da "Desorganização Social" (SHAWN; MAKAY, 1942). No entanto, no presente trabalho daremos maior atenção ao conceito de "isolamento social".

Vejamos, agora, as características da divisão sócio-espacial carioca, e de que maneiras ela poderia aumentar ou diminuir as chances dos jovens não estudarem nem trabalharem, de acordo com o que foi dito até o momento¹³.

A Divisão Sócio-Espacial Carioca

Localizado na Região Sudeste, o município do Rio de Janeiro é a capital do estado homônimo, e centro de uma das Regiões Metropolitanas mais importantes do país, criada em 1974.

Ribeiro (2001) utiliza uma divisão territorial que pode ser esclarecedora da segmentação sócio-espacial da cidade, classificando-a em 6 diferentes áreas: "Zona Sul-Barra da Tijuca" (que compreendia as Regiões Administrativas de Botafogo, Copacabana, Lagoa, Barra da Tijuca e Rocinha), "Zona Norte-Centro" (Centro, Rio Comprido, Tijuca, Vila Isabel, Méier e Santa Tereza), "Subúrbio Próximo" (Portuária, São Cristóvão, Ramos, Inhaúma, Ilha do Governador, Jacarezinho, Complexo do Alemão e Maré), "Subúrbio Distante" (Penha, Irajá, Anchieta e Pavuna), "Madureira-Jacarepaguá" (Madureira e Jacarepaguá), e "Zona Oeste" (Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba).

Nas áreas da Zona Sul-Barra da Tijuca e Zona Norte-Centro, principalmente nos bairros da orla marítima mais próximos ao centro histórico (Ipanema, Leblon, Barra da Tijuca e etc), concentra-se a oferta de equipamentos e serviços urbanos – além das belezas naturais da cidade -, possibilitando aos grupos de alto status sócio-ocupacional que ali vivem¹⁴ a desfrutarem de uma qualidade de vida bem superior aos moradores do resto da cidade. A partir deste centro, nas palavras de Ribeiro (2001), "forma-se um gradiente de distâncias sociais até as periferias da cidade do Rio de Janeiro [...]", passando pelos grupos médios, até chegarmos nos grupos populares. Tal padrão de segmentação - com os grupos mais abastados concentrando-se na orla marítima próxima ao centro histórico da cidade, e em algumas áreas da Zona Norte também próximas a esse centro, os estratos mais empobrecidos localizando-se nos bairros periféricos, e os grupos médios ocupando posições intermediárias -, já seria esperado em uma sociedade tão desigual quanto a Brasileira.

¹³ Já adiantamos, de antemão, que não temos a intenção de nos alongarmos nesta seção, já que análises da divisão sócio-espacial da Região Metropolitana Fluminense, ou da cidade do Rio de Janeiro, já foram feitas por inúmeros outros autores (RIBEIRO, 1997; LAGO, 2000). Visamos somente tornar um pouco mais claras as características e peculiaridades da divisão sócio-espacial da cidade que trabalharemos empiricamente.

¹⁴ Ribeiro (2001), através de uma análise fatorial por correspondência binária, seguida da classificação das áreas segundo as coordenadas das variáveis nos dois primeiros fatores, que representavam cerca de 72% da variância encontrada, produziu uma tipologia sócio-ocupacional das áreas da metrópole fluminense, possibilitando, assim, o mapeamento dos grupos sociais espalhados pela cidade.

Duas situações, no entanto, rompem com esta lógica: a presença de grupos médios-superiores na Zona-Oeste da cidade, bastante afastados do centro histórico, o que expressa tendências à diversificação social de algumas áreas periféricas (LAGO, 2000); e, o que mais chama a atenção, a presença de espaços populares das áreas mais ricas do município, indicando a formação de favelas, e conformando uma situação muito peculiar à cidade do Rio de Janeiro, combinando proximidade física com distâncias sociais.

Datam do final do século XIX as primeiras ocupações das encostas de morros pela população pobre na cidade do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005). A mais conhecida destas é a ocupação do Morro da Favella, já existente na época com o nome de Morro da Providência, praticada por antigos combatentes da Guerra de Canudos, que ali se instalaram com a finalidade de exercer pressão para que o Ministério da Guerra pagasse seus soldos atrasados. O termo "Favela", pouco a pouco, passou a denominar conjuntos de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos. (VALLADARES, 2005). Com o passar do tempo os cortiços, que antes eram o local de moradia das camadas mais empobrecidas da população, foram dando lugar às favelas, que se multiplicaram no cenário urbano carioca.

Nos últimos anos assistimos a um debate acerca da pertinência da distinção dos territórios de favela para o estudo da organização sócio-espacial da cidade do Rio de Janeiro. Alguns autores, como Preteceille e Valladares (2000) partem da idéia de que, diante da melhora nas condições de habitação e de acesso a serviços urbanos nas áreas de favela nas últimas décadas, e também em função da constatação da heterogeneidade social interna a estes territórios, assim como sua aproximação social com bairros populares da periferia, a distinção entre áreas de favela e de "bairro" não faria mais sentido.

No entanto outros trabalhos vêm mostrando que, apesar da diminuição das diferenças sociais entre bairros pobres e favelas, e também da heterogeneidade interna a esses territórios, os moradores de favela apresentam diversas desvantagens no que diz respeito à reprodução das desigualdades sociais (RIBEIRO; LAGO, 2000; RIBEIRO et al. 2008), assim como no que se refere à relação hierarquizada e clientelística que possuem com as principais instituições da sociedade, o Estado, e também com os grupos mais abastados (BURGOS, 2005; SILVA, 2002).

Apesar de grande parte destas favelas apresentarem uma proximidade física com os setores mais enriquecidos da população carioca, assim como em relação aos equipamentos urbanos com os quais esses grupos privilegiados contam, a relação dos moradores de favelas com os moradores do "asfalto", e também com o Estado, se dá de uma maneira bastante peculiar e diversa das outras camadas da população. Segundo Ribeiro et al. (2008, p.94),

Desde a sua origem as favelas constituem um modo hierárquico de inserção das camadas populares na cidade

[...] em termos políticos elas correspondem territorialmente ao que Santos (1979) denominou de *cidadania regulada*, ao que Carvalho (1987) referiu-se como *estadania*, e ao que Silva (2002) considerou situação de *controle negociado*

Devemos, ainda, nos lembrar do impacto que os altos índices de violência nestas áreas podem ter sobre a sociabilidade dos moradores, como demonstrado por Silva (2008). Tal quadro reforçaria a pertinência da distinção entre bairro e favela para analisarmos a organização do território da cidade do Rio de Janeiro e seus impactos sobre a vida dos moradores. O atual cenário de violência poderia levar a uma maior *desorganização*¹⁵ e *isolamento sociais* nestes territórios, decorrentes da desconfiança nas interações entre seus moradores e com os moradores do “asfalto”, do estigma, e da criminalização daqueles espaços.

Diante destas desvantagens verificadas pelos trabalhos citados nos parágrafos acima, consideramos fundamental pensarmos também no efeito que o fato de um jovem morar em área de favela poderia exercer sobre suas escolhas entre continuar se dedicando exclusivamente à escola ou não. Do ponto de vista empírico, julgamos conveniente inserirmos em nosso modelo uma variável independente que diferencie o local de moradia do jovem em “bairro” ou favela.

Feitos estes breves comentários acerca da segmentação sócio-espacial da cidade do Rio de Janeiro, que serão fundamentais, como veremos, para justificar parte do modelo que vamos construir, começaremos na seção seguinte a análise dos dados empíricos.

Dados Empíricos

Com o intuito de testarmos a hipótese de que o local de moradia dos jovens poderia influenciar suas chances de estar se dedicando exclusivamente aos estudos, utilizaremos os microdados amostrais do Censo 2000 (IBGE, 2000). Trabalharemos somente com jovens moradores do município do Rio de Janeiro¹⁶, homens¹⁷, com idade entre 15 e 19 anos¹⁸, que estivessem na condição de filhos dos chefes de famílias¹⁹.

¹⁵ Entende-se por *desorganização social* a incapacidade da estrutura comunitária em realizar os valores/objetivos comuns aos indivíduos e manter efetivo controle social sobre os mesmos (SAMPSON; GROVES, 1989).

¹⁶ As unidades espaciais que serviram de base para construirmos as variáveis relativas ao local de moradia foram as AEDs (Áreas de Ponderação), que são as menores referências geográficas intra-municipais fornecidas pelos microdados amostrais do Censo 2000 (IBGE, 2000), e correspondem a aglomerados de setores censitários. No entanto, devido às peculiaridades geográficas da cidade do Rio de Janeiro onde temos, dentro de uma mesma AED, áreas favelizadas e não favelizadas, optamos por fazer uso das “Áreas IPPUR”: trata-se de uma definição modificada destas áreas de ponderação, proposta pelo Observatório das Metrôpoles e validada pelo Departamento de Pesquisa do IBGE. As

Os dados serão analisados através de modelos *logit*. Devido ao caráter hierárquico dos dados (jovens que moram em "bairros") utilizaremos modelos multi-níveis²⁰, que são mais adequados para este tipo de dados.

O quadro abaixo faz um resumo das variáveis que serão utilizadas²¹:

mesmas foram operacionalizadas por meio do relaxamento da exigência de contigüidade dos setores censitários que formam as áreas de ponderação modificadas. Os setores censitários considerados subnormais (áreas de favelas) foram agrupados em 39 unidades específicas, obedecendo-se, porém, os limites dos bairros e das regiões administrativas da Prefeitura. Além dessas 39 áreas de expansão, a base de dados inclui também outras 175 áreas de expansão. No nosso caso, devido aos recortes executados, estaremos utilizando 38 áreas favelizadas, e 166 não favelizadas, somando-se um total de 204 unidades geográficas.

¹⁷ Devido ao limite de tempo e trabalho necessários para analisarmos a influência do território sobre a alocação de tempo de homens e mulheres, separadamente, e também devido às generalizações errôneas que poderíamos cometer ao analisarmos seus efeitos sobre ambos os sexos, preferimos selecionar apenas os jovens do sexo masculino.

¹⁸ O limite inferior da faixa de idade, 15 anos, foi escolhido porque crianças de 7 a 14 anos devem, por lei, estar matriculados na escola. O limite superior, de 19 anos, também utilizado por Hasenbalg (2003), é justificado por ser a idade na qual, espera-se, os indivíduos estejam completando o ensino médio e seu processo de autonomização de *status*.

¹⁹ Justificamos este recorte pelo fato de que, como demonstrado por Oliveira, Rios-Neto, e Oliveira (2006), os diferentes fatores que envolvem o processo de autonomização do *status* influenciam uns aos outros. Sair da casa dos pais e/ou tornar-se chefe de família, ou cônjuge do chefe, pode influenciar na decisão de abandonar a escola e/ou entrar no mercado de trabalho, o que tornaria a análise dos dados um tanto mais complicada.

²⁰ Sobre estes modelos, ver Bryk e Raudenbush (1992).

²¹ Todas as variáveis foram centralizadas em suas respectivas médias.

Artigo - Os jovens e a escola: poderia a segmentação sócio-espacial da cidade do Rio de Janeiro afetar as chances de os jovens investirem seu tempo exclusivamente nos estudos?

Variáveis	Tipo	Descrição	Média	Desvio-Padrão
Variáveis Dependentes				
Só Estuda	Dicotômica	Indica se o jovem só estuda (1=Sim / 0=c.c)	0,56	_____
Variáveis Independentes de Controle (Nível 01)				
Idade	Contínua	Idade, em anos, do jovem	17,01	1,4
Preto	Dicotômica	Indica se o jovem é preto (1=Sim / 0=c.c)	0,09	0,29
Pardo	Dicotômica	Indica se o jovem é pardo (1=Sim / 0=c.c)	0,34	0,47
Escolaridade Família	Contínua	Maior escolaridade, em anos, dos responsáveis	9,13	4,47
Renda Dom. Per capita	Contínua	Renda domiciliar per capita, menos a renda do trabalho do jovem (quando houver)	451,53	688,13
Núm. Crianças	Contínua	Número de crianças menores de 8 anos de idade no domicílio	0,26	0,61
Tipo de Família	Dicotômica	Indica se é família monoparental (1=Sim / 0=c.c)	0,27	_____
Densidade	Contínua	Densidade domiciliar (morador/cômodo)	0,89	0,51
Variáveis Independentes de Interesse (Nível 02)				
NSE do local	Contínua	Índice composto pela média dos anos de escolaridade dos chefes de família (ou conjugês) e	1,34	1,07
Favela	Dicotômica	Indica se o jovem mora em favela (1=Sim / 0=c.c)	0,19	_____
Favela ent. Popular	Dicotômica	Indica se o local de moradia do jovem é uma área de favela com entorno popular (1=Sim / 0=c.c)	0,12	_____
Favela ent. Abastado	Dicotômica	Indica se o local de moradia do jovem é uma área de favela com entorno abastado (1=Sim / 0=c.c)	0,06	_____

Quadro 01 – Resumo das Variáveis

Como *variável dependente* teremos uma *dummy* que indica se o jovem está em situação privilegiada, e assume valor “1” quando o jovem se dedica exclusivamente à escola, e “0” caso ele não esteja mais estudando e/ou esteja inserido no mercado de trabalho, ocupado ou mesmo desempregado (procurando emprego).

Quanto às *variáveis independentes de controle* (nível 01) incluem-se tanto características individuais (cor e idade), familiares (como renda domiciliar per capita, maior escolaridade dos responsáveis, em anos de estudo, tipo de família, e número de crianças na família), e do domicílio (densidade moradores/cômodos).

As *variáveis independentes de interesse* (nível 02) serão aquelas relacionadas às características do local de moradia e do nível socioeconômico de sua população. Utilizaremos um “índice de nível sócio-econômico do local”, composto pela média da renda domiciliar per capita e pela média dos anos de escolaridade dos chefes de família no local de moradia do jovem.²²

²² Trata-se de um fator extraído, pelo método de componentes principais, a partir daquelas duas variáveis. Tal fator correlaciona-se positivamente com ambas e explicava 94,32% de sua variância. Ou seja, quanto maior o valor deste fator, maior o nível sócio-

Inserirmos também, em nosso modelo, uma variável *dummy*²³ responsável por verificar os efeitos que o fato do jovem morar em uma área de favela pode ter sobre nossa variável dependente. Desta forma poderemos testar tanto os argumentos da teoria do “*isolamento social*” – através do índice de nível sócio econômico do local -, quanto a pertinência da distinção entre “favela” e “bairro” para analisarmos escolhas individuais.

Vejamos os resultados de nossos modelos²⁴:

Variáveis	Modelo 0	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
<u>Nível 1</u>				
Idade	---	0,49***	0,48***	0,48***
Cor/Pardo	---	0,87***	0,90*	0,90*
Cor/Preto	---	0,86**	0,89+	0,89+
Escolaridade Família	---	1,08***	1,07***	1,07***
Renda Dom. Per capita	---	1,0003***	1,0002***	1,0002***
Núm Crianças	---	0,86***	0,87***	0,87***
Tipo Família	---	0,82***	0,80***	0,80***
Densidade dom. morador/cômodo	---	0,64***	0,65***	0,65***
<u>Nível 2 (Intercepto)</u>				
NSE do local	---	---	1,16***	1,16***
Favela	---	---	0,78***	---
Favela/Ent. Popular	---	---	---	0,77***
Favela/Ent. Abastado	---	---	---	0,79**
Varição B0	0,22212***	0,04327***	0,01998***	0,02042***

Nota: +p ≤ 0,10; *p ≤ 0,05; **p ≤ 0,01; ***p ≤ 0,001

O primeiro modelo (Modelo 0) não contém nenhuma variável independente, e é importante por nos informar, na parte inferior da tabela, a variância do intercepto entre as unidades do segundo nível (as áreas geográficas) presente no modelo. O Modelo 1 já inclui todas as variáveis de nível 1 (individuais, familiares, e domiciliares), mas não inclui as variáveis do território. Vemos, também na parte inferior da tabela, que as variáveis de nível 1 explicam 80% da variância entre as áreas geográficas; no entanto, a variação restante continua estatisticamente significativa, justificando nosso interesse em inserir as informações do território no modelo. O Modelo 2, além das variáveis do primeiro nível, inclui também as variáveis do território (“Nível Sócio-Econômico Local” e “Favela”). Apesar da variância restante permanecer significativa, o Modelo 2 explica 91% da variação total, e 53% da variação não explicada pelo modelo anterior. Por fim, Modelo 3 substitui a *dummy* que identifica locais

econômico do local. A fim de facilitar a leitura do mesmo, redimensionamos a variável para uma escala de 0 (valor mínimo) a 5 (valor máximo).

²³ Temos também, no último modelo, duas variáveis *dummies*: uma para identificar áreas de favela com entorno popular, e a outra para identificar áreas de favela com entorno abastado.

²⁴ Utilizamos os pesos amostrais em todos os modelos, o que nos garantiu uma amostra com 210,221 jovens.

de favelas por duas *dummies*: a primeira identifica favelas com entorno popular, e a segunda indica favelas com entorno abastado²⁵. Sobre este modelo falaremos mais tarde; no momento analisaremos o Modelo 2.

Se a teoria do isolamento social estiver correta, esperamos que mesmo jovens com características individuais (cor e idade, por exemplo) semelhantes, provenientes de famílias com nível sócio-econômico semelhante, façam "escolhas" distintas de acordo com as características da vizinhança em que moram. Mais especificamente, a hipótese é a de que os jovens, independentemente de suas características individuais e familiares, apresentam uma maior tendência a só estudar quando vivem em locais onde a população possui maior escolaridade e renda; por outro lado, esperamos que quanto pior o nível sócio-econômico do local, maiores as chances desses jovens conciliarem estudo e trabalho, ou abandonarem a escola.

Com o Modelo 2 somos capazes de testar essa hipótese, e chegamos ao seguinte resultado: independente de todas as variáveis individuais, familiares, e domiciliares utilizadas²⁶, ou seja, mantendo essas características constantes, a cada ponto a mais no índice de nível sócio-econômico do local, as chances do jovem só estudar aumentam 16%²⁷. Podemos dizer, portanto, que quanto maior o nível sócio econômico do local de moradia do jovem, maior a sua propensão a só estudar.

O gráfico abaixo²⁸, com as probabilidades preditas pelo modelo, facilitam a visualização deste resultado:

²⁵ Tal classificação dos entornos das favelas foi desenvolvida pelo Observatório da Educação e Cidade, já tendo sido utilizada por Ribeiro et al. (2008).

²⁶ Independente, também, do fato de ele morar em favela ou não.

²⁷ Resultado estatisticamente significativo ao nível de 0,001.

²⁸ Para construir o gráfico, fixamos todas as variáveis em suas respectivas médias, e fizemos variar somente a variável de nosso interesse (NSE do local, no caso), entre seu valor mínimo e seu valor máximo.

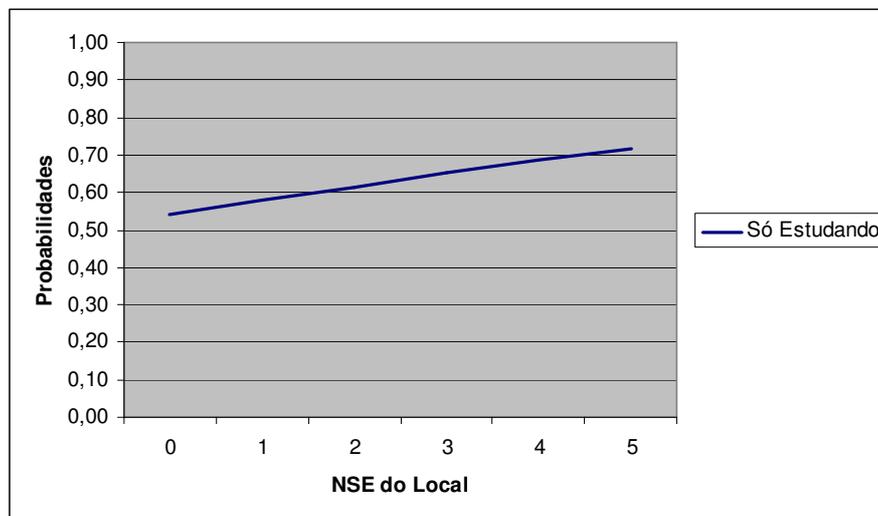


Gráfico 02 – Probabilidades Preditas (NSE do Local)

No gráfico acima podemos ver claramente o efeito de que falávamos: quanto maior o nível sócio-econômico da vizinhança na qual o jovem mora, maior será sua probabilidade de só estudar, mesmo quando controlamos pelas outras variáveis. A inclinação relativamente acentuada da curva demonstra um efeito considerável desta variável.

A outra hipótese com a qual trabalhamos no decorrer do texto foi a de que, independentemente do nível sócio-econômico da população local, as áreas de favela apresentariam algumas características particulares e distintas das outras áreas da cidade - como a relação hierarquizada com as principais instituições, o estigma, a criminalidade violenta, e talvez a *desorganização social* proveniente desta última -, que poderiam vir a tornar os jovens moradores destes locais menos propensos a só estudarem. Através do nosso terceiro modelo também podemos testar esta hipótese.

Caso nossa hipótese seja verdadeira, a variável "Favela" afetará as chances de os jovens só estudarem, reduzindo-as, independentemente das variáveis do primeiro nível e, também, do nível sócio-econômico da população local. Pois é exatamente isso que podemos constatar no Modelo 2: o fato de o jovem morar em favela diminui em 22% suas chances de estar só estudando²⁹.

O gráfico abaixo, com as probabilidades previstas³⁰, torna o resultado mais claro:

²⁹ Resultado também estatisticamente significativo ao nível de 0,001.

³⁰ Para construir o gráfico, fixamos todas as variáveis em suas respectivas médias, e fizemos variar somente a variável de nosso interesse (Favela ou Não-Favela, no caso).

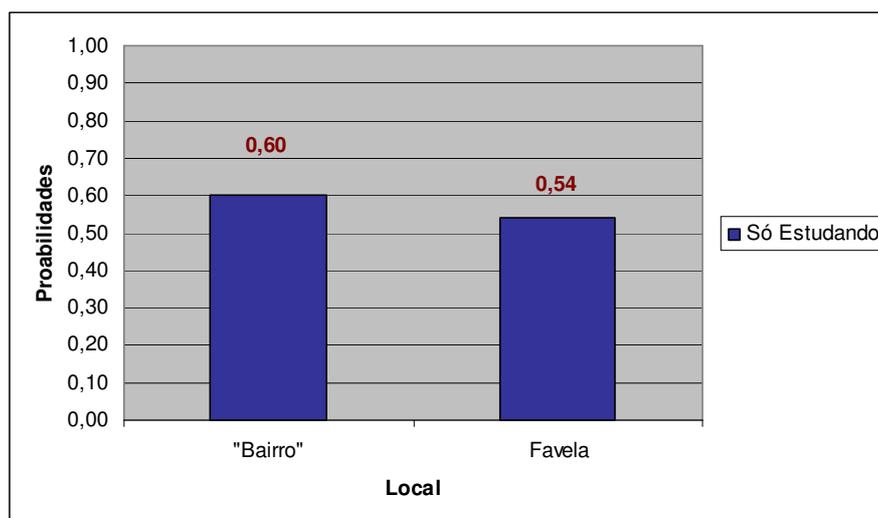


Gráfico 03 – Probabilidades Preditas (Favela)

No gráfico acima podemos constatar visualmente aquilo que dizíamos: quando o jovem mora em favela, menor sua probabilidade de só estudar, mesmo quando controlamos pelas outras variáveis. Mesmo quando controlamos por diversos fatores, sejam eles individuais, familiares, domiciliares, ou até mesmo pelo nível sócio econômico da população local, vemos que um jovem morador de favela tem uma probabilidade 6% menor de só estudar (0,54) do que um jovem morador de "bairro" (0,60).

Poderia ser imaginado, no entanto, que o efeito visto acima tivesse origem no fato de grande parte das favelas se localizarem nas áreas nobres da cidade, onde há uma maior atração do mercado de trabalho - com uma maior demanda por serviços como trabalhadores domésticos, garçons, atendentes de lojas, ou mesmo trabalhadores do mercado informal, como vendedores ambulantes, camelôs, e etc. A fim de testarmos esta hipótese, o último modelo apresentado (Modelo 3) substitui a variável que identifica as áreas de favela por duas outras variáveis: a primeira identifica favelas com entorno popular, e a segunda indica favelas com entorno abastado.

Caso a hipótese acima fosse verdadeira, o esperado seria que o fato de o jovem morar em uma favela com entorno abastado tivesse um maior efeito sobre sua chance de só estudar do que o fato de ele morar em uma favela com entorno popular. Porém, como pode ser visto, o efeito das duas variáveis é praticamente o mesmo³¹, o que nos leva a duvidar desta hipótese.³²

Portanto, essa breve análise dos dados nos fornece resultados que dão suporte - ainda que seja cedo para falar que comprovam - à teoria do

³¹ Na verdade, o efeito da variável "Favela com entorno popular" é até um pouco maior.

³² Ribeiro et al (2008), porém, comprovam empiricamente - através de métodos semelhantes -, que o fato de um aluno morar em favela com entorno abastado aumenta suas chances de atraso escolar de uma maneira muito mais acentuada do que o fato de ele morar em uma favela com entorno popular. Assim, acreditamos que haja realmente diferenças marcantes entre estes dois tipos de território (favela com entorno popular e abastado), mas que os efeitos destas diferenças variem de intensidade de acordo com aquilo que queremos explicar.

isolamento social e das desvantagens sofridas pelos moradores de favelas na cidade do Rio de Janeiro.

Considerações Finais

Como já discutimos acima, uma das conseqüências do modelo de nexos institucionais entre escola e mercado de trabalho existente no Brasil, de tipo menos vocacional e mais geral, é que os indivíduos devem procurar obter a maior escolaridade possível antes de entrarem no mercado de trabalho. Sair precocemente da escola, mesmo que temporariamente, ou dividir-se entre os estudos e o trabalho, como também já foi dito, provavelmente levaria a trajetórias de menor êxito. No entanto, a propensão a traçar esse caminho "ideal" não parece ser igual para todos.

A Sociologia da Educação há muitas décadas vem mostrando que a qualidade das escolas e, principalmente, a origem social familiar, são em grande parte responsáveis por estas "escolhas". Nosso objetivo foi o de ampliar esta discussão ao inserir informações a respeito da influência que o território poderia exercer sobre tais decisões. Mais especificamente, procuramos testar se o nível sócio econômico da população, como era de se esperar de acordo com a literatura do *isolamento social*, exerceria alguma influência sobre as chances do jovem estar se dedicando exclusivamente aos estudos ou não. Além disso, procuramos verificar se as peculiaridades da segmentação sócio-espacial carioca, representada pelas favelas espalhadas por toda a cidade, poderiam também exercer alguma influência sobre a trajetória dos jovens.

Utilizando dados do Censo 2000 (IBGE, 2000), testamos nossas hipóteses através de modelos *logit* hierárquicos, que confirmaram tanto a primeira quanto a segunda suposições: independente de características individuais, familiares, e domiciliares, quanto maior o nível sócio econômico da população local, maiores as chances de o jovem se dedicar exclusivamente à escola. Da mesma maneira, controlando-se também por todas aquelas variáveis, assim como pelo nível sócio-econômico da população do local, o fato de um jovem morar em área de favela diminui significativamente suas chances de só estar estudando.

Desta forma, acreditamos que cumprimos os objetivos traçados para este trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H, W.; BRANCO, M, P, P. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2008. p.37-71.

AINSWORTH, W. J. Why does it take a village? The mediation of neighborhood effects on educational achievements. **Social Forces**, Chapel Hill, v.1, n.81, p.117-152, sep. 2002.

BOURDIEU, P. Cultural reproduction and social reproduction. In: BROWN, R. (Ed.). **Knowledge, education, and cultural change**. London: Tavistock, 1973. p.71-112.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. (Org.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

BROOKS-GUNN, J. et al. Do Neighborhood Affect Child and Adolescent Development? **American Journal of Sociology**, Chicago, n.99. p.353-95, 1993.

BROOKOVER, W. B. **School social systems and student achievement: schools can make a difference**. New York: Praeger Publishers, 1979.

BRYK, A. S.; RAUDENBUSH, S. W. **Hierarchical linear models**. Newbury Park: CA Sage, 1992.

BURGOS, M. B. Cidade, territórios e cidadania. **Dados**, Rio de Janeiro, v.48, n.1, p.189-222, jan/mar. 2005.

CARDOSO, A. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. **Dados**, Rio de Janeiro, v.51, n.3, p.569-616, 2008.

CARVALHO, J. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

COLEMAN, J. S. **Equality of educational opportunity**. Washington: Department of Health, Education and Welfare, 1966.

DUBET, F. Des Jenesses et des Sociologies: le cas Français. **Sociologie et Sociétés**, Paris, v.28, n.1, p.23-35, 1996.

ELLEN, I. G.; TURNER, M. A. **Does Neighborhood Matter? Accessing Recent Evidence**. Housing Policy Debate, Washington, v.8, n.4, p.833-866, 1997.

GALSTER, G. C.; KILLEN, S. P. The geography of metropolitan opportunity: a reconnaissance and conceptual framework. **Housing Policy Debate**, Alexandria, v.6, n.1, p.7-43, 1995.

GARNER, C. L.; RAUDENBUSH, S. W. Neighborhood effects on educational attainment: a multilevel analysis. **Sociology of Education**, Washington, v.64, n.4, p.251-262, oct. 1991.

HASENBALG, C. A Transição da escola para o trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p.147-172.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados Amostrais do Censo Populacional do Ano 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JENKS, C.; MAYER, S. The consequences of growing up in a poor neighborhood. In: LYNN, L.; MCGEARY, M. G. H. (Ed.). **Inner-City poverty in the United States**. Washington: National Academy Press, 1990.

KARABEL, J.; HALSEY, A. H. (Ed). **Power and ideology in education**. New York: Oxford University Press, 1977.

LAGO, L. C. **Desigualdades e segregação na metrópole**: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

MASSEY, D. S.; DENTON, N. A. **American apartheid**: segregation and the making of the underclass. Harvard: Harvard University Press, 1993.

OLIVEIRA, L. E.; RIOS-NETO, G. E.; OLIVEIRA, C. H. M. A. Transições dos jovens para o mercado de trabalho, primeiro filho e saída da escola: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.23, n.1, p.109-127, jan./jun. 2006

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1967.

PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Ed. Evan, 2000. p.375-403.

RIBEIRO, L. C. Q. et al. Segregação residencial e desigualdade escolar no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. Q.;KAZTMAN, R. (Org.). **A cidade contra a escola?** Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008. p.91-118.

RIBEIRO, L. C. Q.;KAZTMAN, R. (Org.). **A cidade contra a escola?** Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.

RIBEIRO, L. C. de Q. Segregação, desigualdade e habitação: a MetrÓpole do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

RIBEIRO, L. **Dos cortiços aos condomínios fechados:** as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. A divisão social favela-bairro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 24.,2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2000.

SAMPSON, R.; GROVES, B. W. Community Structure and Crime: Testing Social Disorganization Theory. **American Journal of Sociology**, v.94, p.774-802, 1989.

SANTOS, W. **Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SHAVIT, Y.; MÜLLER, W. **From school to work:** a comparative study of qualification and occupations in thirteen countries. Oxford: Oxford University Press, 1998.

SHAW, C. R.; MCKAY, H. D. **Juvenile Delinquency in Urban Areas.** Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SILVA, L. A. M. (Org.). **Vida sob cerco:** violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. A continuidade do "problema da favela". In: OLIVEIRA, L. L. (Org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2002. p.220-237.

SMALL, L. M.; NEWMAN, K. Urban Poverty after The Truly Disadvantaged: The Rediscovery of the Family, the Neighborhood, and Culture. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v.27, p.23-45, ago. 2001.

TORRES, H.; FERREIRA, P, M.; GOMES, S. Educação e Segregação Social: explorando o efeito das relações de vizinhança. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Org.). **São Paulo**: Segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Senac, 2005. p.123-141.

THOMAS, W.; ZNANIECKI, F. The **Polish Peasant in Europe and America**. 2.ed. Nova York: Knopf, 1927..

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

WILSON, W. J. **When work disappears**: the world of the new urban poor. New York: Knopf, 1996.

_____. **The truly disadvantaged**: the inner city, the underclass, and public policy. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1967.